

35º Encontro Anual da Anpocs

GT 02 – Comportamento Político

**Engajamento Cívico: Um Desafio Teórico
para a Ciência Política Contemporânea**

Autor: Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

I – Engajamento Cívico: Um desafio teórico para a ciência política contemporânea

1.1 – Engajamento Cívico e Democracia: As origens do associativismo nas teorias políticas contemporâneas

O interesse da ciência política contemporânea pelas instituições participativas da democracia é crescente. O alastramento do sufrágio universal a partir da primeira metade do século XX evidenciou a importância do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos da democracia como uma das principais formas de legitimação das instituições políticas dessa forma de governo. Muito já foi escrito a respeito do fenômeno do voto, com ênfase sobre as estruturas de incentivo que fomentam o comparecimento dos indivíduos às urnas (DOWNS, 1957; RIKER & ORDESHOOK, 1968; FERREJOHN & FIORINA, 1974; ALDRICH, 1993; PUTNAM, 2000; FIGUEIREDO, 2008).

Em que pese a evidente importância da instituição do voto, a dimensão participativa da democracia não se resume à escolha de governantes por meio de eleições realizadas no intervalo de anos. Ela se estende ao livre associativismo, por meio do qual os cidadãos buscam fazer valer seus interesses, prover bens coletivos e, em última instância, influenciar o processo de tomada de decisões da política.

Essas associações são formadas através do engajamento cívico de indivíduos e grupos voltados aos mais variados objetivos, desde a defesa de interesses locais específicos à formação de grandes agremiações político-partidárias.

O engajamento cívico pode ser entendido como as atividades voluntárias que as pessoas exercem em suas comunidades, locais de trabalho, igrejas, e demais contextos sociais (FIORINA, 2001, p.5). Essas atividades variam de acordo com seus graus de politização (FIORINA, idem), de maneira que muitas delas podem ou não resultar em políticas públicas empreendidas pelo Estado.

A importância do engajamento cívico para a sustentação dos regimes democráticos foi enfatizada por Alexis de Tocqueville ([1835] 2004), um de seus principais estudiosos e entusiastas. O aristocrata e pensador político francês, quando da sua visita aos Estados Unidos, na segunda metade século XIX, viu no livre associativismo um dos principais sustentáculos do regime democrático daquele país.

A disposição para formar associações cívicas seria, segundo Tocqueville ([1835] 2004), difusa, uma vez que os americanos “de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.131) unir-se-iam incessantemente em torno de objetivos comuns.

Sobre o papel das associações para a vitalidade da democracia, escreveu:

(...) o país mais democrático da terra é aquele, dentre todos, em que os homens mais aperfeiçoaram em nossos dias a arte de perseguir em comum o objeto de seus desejos comuns e aplicaram ao maior número de objetos essa nova ciência. (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p. 132).

A ciência da associação seria central para a viabilização do avanço das demais ciências, uma vez que “o progresso de todas as outras depende do progresso desta” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p. 135). A própria manutenção da ordem civilizada dependeria da capacidade de desenvolver a “arte de se associar”.

Embora muitas das associações observadas por Tocqueville ([1835] 2004) não fossem essencialmente políticas em suas finalidades, o pensador francês via uma relação simbiótica entre as associações civis e as associações políticas:

(...) a política generaliza o gosto e o hábito da associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos. A política não apenas faz nascer muitas associações, como cria associações, vastíssimas. (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.142)

Tocqueville ([1835] 2004) entendia ambos os tipos de associativismo voluntário, tanto o “civil” quanto o “político”, como formas de evitar pretensões de atentados contra o estado democrático. Embora desse maior destaque à liberdade associativa civil, sem conteúdo político, Tocqueville ([1835] 2004) via também nas associações políticas um importante pilar da defesa da liberdade. “É no seio das associações políticas que os americanos (...) adquirem, cada dia, o gosto geral da associação e se familiarizam com seu emprego” (TOCQUEVILLE, [1835] 2004, p.145), escreveu. O desfrutar de uma liberdade associativa “perigosa”, isto é, da liberdade de associação política, tornaria os perigos da liberdade menores para a democracia.

A relativa autonomia da sociedade civil frente aos poderes estatais explicaria “por que essa gente tão ocupada não se sente tentada a conturbar o Estado nem a destruir um repouso público que lhes é proveitoso.” (TOCQUEVILLE, idem) Essas inferências foram reforçadas pelo contexto histórico testemunhado pelo autor, caracterizado pela forte centralização estatal de poderes vivida pela França, logo após a revolução ocorrida ao fim do século XVIII.

Em suma, o engajamento da sociedade civil seria fundamental para a segurança dos regimes democráticos. Sem ele, a tendência para a formação de governos tirânicos seria favorecida, tendo em vista a impossibilidade de controlar o poder concentrado dos governantes.

John Stuart Mill (1851) via a ação voluntária humana como educativa, capaz de tornar o ser humano mais independente e competente. Segundo Mill (1851), a forma ideal de governo seria aquela na qual os cidadãos não apenas gozam de soberania popular, mas aquela em que são convidados a participar ativamente, exercendo funções públicas:

The ideally form of government is that in which the sovereignty, or the supreme power in the last resort, is vested in the entire aggregate of the community; every citizen not only having a voice in the exercise of that ultimate sovereignty, but being, at least occasionally, called to take an actual part in the government, by the personal discharge of some public function, local or general (...)
(MILL [1851] *apud* BAUM, 2000, p. 234)

Participar, ainda que indiretamente, das decisões do governo seria uma forma de impedir que as lideranças políticas distorcessem a essência da soberania popular. A noção de que cidadãos engajados em questões de interesse público contribuem para o fortalecimento da democracia é difusa no histórico da literatura recente (ALMOND & VERBA, 1965; PATEMAN, 1970; PUTNAM, 2000; FUKUYAMA, 2001), de maneira que diversos teóricos atuais a advogam, independentemente de suas orientações ideológicas. Segundo Fiorina (1999):

(...) conservatives applaud a means of addressing societal problems that does not involve the coercive power of government, while liberals appreciate voluntaristic approaches as the principal ones available at a time when popular support for activist government is at low ebb. (FIORINA, 1999, p.395)

Apesar do entusiasmo quanto ao engajamento cívico por parte da literatura, seus males também não deixaram de ser enfatizados por diversos autores. Como destacou Fiorina (1999), uma sociedade politicamente engajada não é um sinônimo inequívoco de fortalecimento da democracia, pelo contrário, o alto envolvimento dos cidadãos com a política pode representar sentimentos de ódio, desespero, ou outras motivações as quais não são vistas como benéficas para a manutenção de uma sociedade democrática.

Segundo Fiorina (1999) e Fiorina & Abrams (2008), os indivíduos mais participantes seriam consideravelmente mais radicais e intolerantes que o cidadão mediano, independentemente de seus posicionamentos ideológicos. O radicalismo seria uma característica das elites partidárias e dos indivíduos mais engajados, responsável por afastar a maioria das pessoas de assuntos da esfera pública. Desse quadro resultaria uma polarização política capaz de distorcer a agenda pública em determinadas questões, favorável às preferências de minorias extremistas mobilizadas.

Por outro lado, Abramowitz & Saunders (2005) afirmam o extremismo ser uma tendência mais ampla nos EUA, não sendo restrito a uma minoria politicamente ativa. Dessa forma, afirmam os autores, não faria sentido identificar o associativismo com a polarização política.

Segundo Putnam (2000), parte da comunidade cívica norte-americana, nas décadas de 1950 e 1960, não estava voltada ao fomento de princípios democráticos universalistas, mas sim buscava a manutenção de instituições sectárias e a barragem de direitos civis a determinadas parcelas da população (negros e mulheres, principalmente). No entanto, Putnam (2000) acredita o engajamento estar mais associado à tolerância e aos princípios de igualdade (PUTNAM, 2000, p.358).

De todo modo, as inferências de Tocqueville, Mill e outros autores sobre a dimensão participativa da democracia nos Estados Unidos serviram de base para a ênfase dada ao estudo do engajamento cívico pela ciência política americana, além de terem influenciado construções teóricas sobre o associativismo e o engajamento cívico de maneira geral, tais como a da teoria do capital social. Essa teoria e um de seus principais conceitos, a confiança interpessoal, serão analisados a seguir.

1.2 – Capital Social e Confiança Interpessoal

Uma das principais formulações teóricas voltadas a explicar as razões que norteiam o engajamento cívico e suas implicações para a democracia é a teoria do capital social. Baseada em concepções neo-Durkheimianas (SKOCPOL & FIORINA, 1999), onde a socialização desempenha papel fundamental para a formação de normas sociais e de laços de confiança entre os indivíduos, a teoria do capital social tem como um de seus principais elementos constituintes o conceito de confiança interpessoal.

O problema da confiança para o desempenho das instituições democráticas foi abordado, primeiramente, por Almond & Verba (1989), em seu estudo comparativo sobre a cultura política de cinco diferentes países: EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália, e México. A falta de confiança seria característica da cultura de sujeitos “paroquiais”, isto é, alienados da política e pouco participativos em assuntos da esfera pública e em empreendimentos coletivos.

No entanto, o conceito de capital social fora originalmente elaborado por Coleman. Em um dos primeiros escritos sobre a teoria do capital social, Coleman (1988) enfatizou a confiabilidade do meio social como um de seus pilares:

In explicating the concept of social capital, three forms were identified: obligations and expectations, which depend on the trustworthiness of the social environment, information-flow capability of the social structure, and norms accompanied by sanctions. (COLEMAN, 1988, S119)

De acordo com Coleman (1988), as interações sociais são caracterizadas por transações que geram expectativas e obrigações entre os agentes. Essas expectativas e obrigações são sustentadas pela confiabilidade do meio social, a qual atua como uma instituição informal garantidora da cooperação. A confiança entre os indivíduos conferiria maior previsibilidade às relações humanas, caracterizadas pela incerteza, o que facilitaria a ação coletiva e a formação de associações secundárias.

Embora o termo “confiança” possa assumir significados diversos na literatura, Coleman (1990) destacou a incorporação de riscos à decisão individual sobre agir ou não (COLEMAN, 1990, p. 61). A disposição para assumir riscos também foi enfatizada

por outros autores como uma das principais características da confiança (DASGUPTA, 2000; SCHOORMAN & MAYER & DAVIS, 2007).

Essa disposição seria baseada em expectativas de reciprocidade quanto ao comportamento alheio (PUTNAM, 2006; HARDIN, 1992, LEVI, 1998). Em suma, a confiança envolve conferir liberdade de ação a outrem para afetar interesses próprios do indivíduo (HARDIN, 1992, p.154).

Um dos principais efeitos gerados pela difusão da confiança interpessoal seria, de acordo com Coleman (1988), a redução dos custos de transação nas trocas de mercado. A força dos laços sociais teria a capacidade de gerar a confiança necessária para o funcionamento da economia, reduzindo a necessidade de instituições formais custosas responsáveis por reforçar termos de contratos (COLEMAN, 1988, S99).

Ainda que os fundamentos da teoria do capital social possam ser atribuídos a Coleman (1988), a teoria ganhou notoriedade com a obra de Putnam ([1993] 2006). Em seu estudo sobre a Itália pós-instituição de governos regionais, Putnam ([1993] 2006) identificou a confiança como um elemento central para a facilitação de ações coordenadas: "... o capital social diz respeito a características da organização social, como *confiança*¹, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, [1993] 2006, p.177).

Segundo Putnam ([1993] 2006), as disparidades entre o desempenho dos governos do Norte e do Sul da Itália poderiam ser atribuídas aos diferentes estoques de capital social dessas regiões. O melhor desempenho das instituições da região Norte seria explicado por uma maior presença de redes de engajamento cívico que a região Sul do país, propiciadas pela confiança interpessoal difusa. Como destacou Rennó (2003):

A lógica do argumento de Putnam é que uma sociedade civil ativa é fundamental para o fortalecimento de uma ordem política democrática. Nessa lógica, uma sociedade democrática precede um regime democrático eficiente. Segundo essa mesma lógica, incentivos externos, impostos de cima para baixo, para a participação em associações da sociedade civil são contraproducentes e mais onerosos do que mecanismos de mobilização espontâneos oriundos do interesse individual ou comunitário. (RENNÓ, 2003, p.73)

¹ O grifo é meu.

Nesse sentido, Putnam ([1993] 2006) entende que algumas características do meio social são capazes de fomentar (ou minar) a capacidade de mobilização da sociedade civil em torno de interesses coletivos, afetando o desempenho do regime democrático de forma mais ampla. As normas sociais constituintes do capital social deveriam ser internalizadas pelos membros da sociedade, de maneira a conferir maior previsibilidade à conduta dos indivíduos. A confiança interpessoal seria o produto do compartilhamento dessas normas, responsável por aumentar os incentivos à cooperação voluntária e, conseqüentemente, reduzir os incentivos para comportamentos oportunistas.

A confiança interpessoal é tomada por Putnam ([1993] 2006) como indispensável para o sucesso de associações secundárias voltadas ao provimento de bens coletivos. A evidência dos efeitos positivos da confiança sobre a ação coletiva estaria, de acordo com Putnam ([1993] 2006), no sucesso das instituições informais de poupança, as associações de crédito rotativo, na Itália e em muitos outros países. Quando há confiança entre as pessoas, afirma o autor, essas associações cívicas prosperam mesmo “quando não há um Leviatã pronto para punir a deserção” (PUTNAM, 2006, p.178).

A importância do capital social seria proporcional ao nível de complexidade das sociedades. Isso porque as vantagens do oportunismo, da trapaça, e da transgressão seriam maiores nas sociedades complexas, em virtude da crescente impessoalidade das relações humanas associadas ao desenvolvimento econômico. Os estoques de capital social seriam, portanto, imprescindíveis para a formação de associações da sociedade civil capazes de aumentar a eficiência dos governos democráticos e do mercado.

Putnam ([1993] 2006) conclui, invocando Tocqueville ([1854] 2004), que a “fertilidade” do solo no qual as instituições se sustentam é um fator crucial para seu sucesso. Isto é, as virtudes da sociedade civil, dentre as quais a confiança interpessoal seria uma das mais importantes, contribuem para o surgimento e para a manutenção da vida associativa, e fazem a democracia “funcionar”.

Na mesma linha seguida por Putnam ([1993] 2006), Banfield (1958) atribuiu ao “familismo imoral”, um conjunto de orientações subjetivas egoístas e restritas ao âmbito da família, o insucesso das organizações cívicas na região de Montegrano, ao sul da Itália. O individualismo predatório seria responsável por impedir o alastramento da

confiança interpessoal, enfraquecendo a capacidade organizativa dos membros daquela comunidade em torno de empreendimentos coletivos. A incapacidade de manter organizações para além do estado e da igreja retardaria o desenvolvimento econômico da região.

Inglehart (1988) identificou a confiança interpessoal como um dos principais componentes de uma “síndrome” de atitudes positivas em relação à vida, a qual, por sua vez, estaria relacionada a padrões político-culturais de longa duração. Assim como Putnam ([1993] 2006) e Banfield (1958), Inglehart (1988) entende haver uma relação de causalidade entre a confiança interpessoal e o engajamento cívico (INGLEHART, 1988, p. 1219).

A relação de causalidade estabelecida entre confiança interpessoal e engajamento cívico defendida pelos teóricos supracitados é, de fato, sustentável do ponto de vista lógico. Em contextos sociais caracterizados pela difusão da confiança, os indivíduos têm maiores incentivos para interagir com estranhos e, conseqüentemente, engajar-se em ações coletivas. Dessa forma, o surgimento de instituições destinadas ao provimento de bens coletivos poderia ser facilitado, dado que os incentivos para o oportunismo seriam consideravelmente menores.

Não obstante a aparente relevância da confiança interpessoal para a ação coletiva, a constatação de quedas dos níveis de participação cívica nos Estados Unidos (PUTNAM, 2000) revelou a necessidade de uma análise mais cuidadosa sobre as causas do envolvimento dos cidadãos em associações, sindicatos, partidos e demais organizações da sociedade civil.

De acordo com Putnam (2000), a comunidade cívica norte-americana passou por um processo de mudanças drásticas a partir da década de 1970, sendo o declínio do comparecimento às urnas e da participação direta em associações voluntárias uma das principais. A queda do associativismo nos EUA representaria um enigma a ser decifrado, uma vez que “the last three decades have seen no general decline in free time in America that might explain civic disengagement” (PUTNAM, 2000, p. 190).

Putnam (2000) associa essa tendência a uma queda nos níveis de confiança interpessoal e institucional. Cidadãos menos confiantes em seus pares estariam menos

propensos a formar associações e, portanto, menos dispostos a participar mais ativamente de assuntos de interesse público.

É necessário destacar, contudo, que os achados de Putnam (2000) contradizem parte de suas premissas encontradas em Putnam ([1993] 2006). Isso porque Putnam ([1993] 2006) entende as características do capital social como resistentes à ação do tempo, ou seja, a tendência para a formação de associações secundárias nas regiões mais “cívicas” da Itália seria perene em diferentes contextos históricos.

Com a queda da confiança interpessoal e do engajamento cívico nos EUA pós-década de 1960, a longevidade dos efeitos do capital social foi colocada em xeque. Jackman & Miller (1998) realçam esse problema: “in his equally well known “bowling alone” thesis, offered as an elaboration of the argument from the Italian case, “Civic America” is said to have evaporated in just two decades!” (JACKMAN & MILLER, 1998, p.57).

Apesar da aparente consonância entre a queda da confiança e da participação cívica constatada por Putnam (2000), diversos autores questionaram a ideia de que os Estados Unidos estaria se tornando menos “cívico” com o passar do tempo (JACKMAN & MILLER, 1998; COHEN, 1999; VERBA & SCHLOZMAN & BRADY, 1995). O que estaria acontecendo, afirmam esses críticos, é uma mudança na forma de participação cívica, onde as antigas formas de engajamento seriam substituídas por formas mais episódicas:

The political engagement of contemporary citizens is episodic and increasingly issue-oriented. Membership in political parties, labor unions, and traditional voluntary associations may have declined, but the willingness of Americans to mobilize periodically on local and national levels around concerns that affect them cannot be deduced from this fact. The new action repertoires invented by civic and political actors cannot be assessed by criteria derived from older forms. (COHEN, 1999, p. 225)

Nesse sentido, a relação feita entre confiança e participação passou a ser alvo de frequentes questionamentos. Essas críticas evidenciaram a dificuldade em estabelecer-se uma relação de causalidade direta entre confiança interpessoal e engajamento cívico. O problema dos mecanismos causais propostos pelos teóricos do capital social será abordado a seguir.

1.3 – Confiança Interpessoal e Participação: o problema dos mecanismos causais

Apesar da aparente robustez dos pressupostos da teoria do capital social, parte da literatura sobre o tema questiona a centralidade da confiança interpessoal para o fomento ao engajamento cívico (GAMBETTA, 2000; LEVI, 1998; JACKMAN & MILLER, 1998; HARDIN, 1999; JOHNSON, 2003). De acordo com esses críticos, a maioria dos teóricos do capital social falha ao tentar estabelecer uma relação causal direta entre confiança interpessoal e participação cívica. Segundo Gambetta (2000):

(...) actions which are dependent on other people's cooperation are *independent* of trust: for any given level of trust, they may or may not be initiated depending on our particular predispositions and interests. That is, we cannot only expect the threshold to vary *subjectively*, as a result of individual predispositions (one's inclination to take risks or degree of tolerance of potential disappointment); we can also expect it to vary in accordance with *objective* circumstances (GAMBETTA, 2000, p. 222).

Em sua obra, Putnam ([1993] 2006) não direciona suas atenções para as predisposições individuais ao engajamento cívico. Essa é uma das principais críticas feitas à abordagem “culturalista” do capital social (PUTNAM, 2006; INGLEHART, 1988; FUKUYAMA, 2001), tendo em vista o estruturalismo metodológico adotado por alguns desses autores. Como lembrou Margaret Levi (1996), a confiança não é, por definição, um equivalente da cooperação, embora essa confusão seja comum (LEVI, 1996, p. 2)

Para Hardin (1992), a confiança é um atributo gerado dentro das relações interpessoais, sendo a experiência do indivíduo o principal fator determinante. O ato de confiar é vinculado a um compartilhamento de interesses complementares entre dois atores, ou seja, um “interesse encapsulado” (HARDIN, 1992). Com isso, a confiança interpessoal assume um caráter essencialmente endógeno e racional às interações vivenciadas pelos indivíduos.

O conceito de confiança como interesse encapsulado está diretamente relacionado aos incentivos que motivam os atores a ingressarem em relações de risco. Nessa interpretação, a confiança emerge como produto da busca pela realização

interesses, de modo que, ao contrário do que propõem alguns teóricos do capital social (PUTNAM, [1993] 2006; FUKUYAMA, 2001; INGLEHART, 1988), não faria sentido pensar a confiança interpessoal como um fator causal do engajamento cívico, seu papel seria mais importante para a *manutenção* das relações sociais.

Entretanto, ao contrário da abordagem de Putnam ([1993] 2006) e outros o conceito de capital social originalmente tratado por Coleman (1988, 1990) compreendia os incentivos inerentes à motivação individual para participar de ações coletivas. Em que pese a importância da confiança interpessoal para o capital social, Coleman (1988, 1990) também enfatizou as necessidades dos indivíduos de buscar ajuda e a existência de outras fontes de auxílio (COLEMAN, 1990, p.307).

Como resumiram Jackman & Miller (1998): “The proposition that joining groups is a simple function of trust slight the issue of motivation.” (JACKMAN & MILLER, 1998, p.58). Essa crítica também foi destacada por Johnson (2003). Segundo o autor, a abordagem de Putnam ([1993] 2006) é marcada não pela presença de atores intencionais, mas por uma população que reproduz, passivamente, padrões comportamentais culturalmente determinados (JOHNSON, 2003, p. 105).

Além disso, a correlação encontrada por Putnam ([1993] 2006) entre capital social e participação cívica não é acompanhada de uma explicação causal clara sobre os mecanismos que conectam essas variáveis (JOHNSON, idem). Isso porque o autor parece atribuir maior importância à ideia de “equilíbrio social” que às relações de causalidade propostas por sua formulação teórica.

Ainda que a confiança interpessoal possa ser capaz de reduzir os custos de transação e a incerteza característicos da ação coletiva, os incentivos para o engajamento cívico podem continuar sendo pouco atraentes aos indivíduos por razões que escapam à teoria do capital social proposta por Putnam ([1993] 2006) e demais autores (INGLEHART, 1988; FUKUYAMA, 2001).

Outro problema comum presente em diversos estudos sobre confiança interpessoal é que essa variável tende a ser tomada como irrevogavelmente desejável, o que pode levar a diagnósticos equivocados sobre os problemas característicos de ações coletivas. Segundo Levi (1996), a desconfiança pode ser uma resposta normativamente apropriada, de acordo com o contexto em que os atores estão inseridos:

When some fundamental interests are divergent – as between workers and management or between competing ethnic, religious, or racial groups – or when citizens are concerned about protecting themselves from incursions of state power or from intolerant majorities, there is good reason for the parties to be wary of each other. (LEVI, 1996, p.4)

É possível que a falta de atenção aos incentivos individuais para a participação cívica e política seja responsável pelo desempenho empírico decepcionante (SELIGSON & RENNÓ, 2000) da confiança interpessoal como fator causal do engajamento cívico.

Embora se possa atribuir esses problemas a uma deficiência metodológica (SELIGSON & RENNÓ, idem), as questões elucidadas pelos críticos da teoria do capital social parecem indicar que se trata mais da necessidade de uma reformulação teórica. *Em outras palavras, é possível que a teoria esteja propondo um efeito o qual a confiança por si só não é capaz de produzir.*

É verdade que o capital social não se resume à confiança entre as pessoas, ele também contempla as redes de contatos, os sistemas de participação cívica, e as normas que compõem o tecido social, variáveis tidas como importantes para a viabilização do engajamento cívico. Não obstante, a confiança interpessoal é “a variável central no estudo da cultura política e do capital social” (RENNÓ, 2001, p.34), dado que, na perspectiva de seus estudiosos, maiores níveis de confiança tornam “mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia” (RENNÓ, idem).

Se há problemas teóricos envolvidos no conceito de capital social, é necessário elucidá-los. Os incentivos individuais para a participação em ações coletivas são contemplados pela teoria da escolha racional, a ser abordada na seção seguinte.

1.4 – Racionalidade e Ação Coletiva.

A teoria da escolha racional entende a ação humana como instrumental e caracterizada por uma consistência entre meios e fins, onde os atores individuais buscam a maximização da utilidade, isto é, da satisfação derivada de suas decisões. Nas palavras de Elster (1989):

Rational action, then, involves three optimizing operations: finding the best action, for given beliefs and desires; forming the best grounded belief, for given evidence; and collecting the correct amount of evidence, for given desires and prior beliefs. (ELSTER, 1989, p.4)

Os indivíduos racionais procuram estimar os custos e benefícios associados às suas ações antes de tomarem suas decisões, visando à minimização dos primeiros e a maximização dos últimos, baseados nas informações de que dispõem, em suas experiências, e em suas crenças. Aplicando-se esta lógica ao engajamento cívico a conclusão a que se chega é a seguinte: “Civic engagement occurs where the costs of involvement are low and the benefits of succesful action are high. But if the costs outweigh the likely advantages, no rational actor will engage.” (PATTIE & SEYD & WHITELEY, 2003, pp.443-444)

Como mencionado anteriormente, a participação eleitoral em massa já foi extensamente analisada pelos estudiosos do comportamento político e das instituições, especialmente pelos teóricos da escolha racional. Esses estudos foram motivados, sobretudo, pela importância do voto como instrumento de legitimação democrática. O comparecimento às urnas é tido como um indicador do engajamento cívico (PUTNAM, 2000): maior participação eleitoral significa uma sociedade mais politicamente mobilizada e envolvida nos assuntos da esfera pública.

A principal questão de interesse dos teóricos da escolha racional envolvida na participação eleitoral diz respeito às motivações individuais que propulsionam o comparecimento às urnas, especialmente em contextos onde o voto é facultativo. Essas motivações são centrais para a compreensão do ato de votar, uma vez que a probabilidade de um eleitor definir qual candidato será o vencedor tende a ser praticamente nula quanto maior for o número de eleitores participantes (DOWNS, 1957).

De acordo com Downs (1957), a participação eleitoral seria definida pela seguinte equação:

$$R = P(B) - C$$

Onde R representa a recompensa derivada do ato de votar, ou seja, a utilidade esperada da participação do eleitor, B define-se pelo diferencial de utilidade partidária,

isto é, a diferença entre a expectativa de ganhos com a vitória do candidato preferido e a expectativa de perdas com a vitória do candidato opositor, P é a probabilidade de vitória de cada candidato, e C diz respeito aos custos de votar (FIGUEIREDO, 2008, p.111).

Assim, os eleitores optarão por participar quando perceberem que os benefícios excedem os custos da participação ($P(B) > C$, $R > 0$), caso contrário, abster-se-ão (FIGUEIREDO, idem). A participação política no processo eleitoral e em ações coletivas de maneira geral constitui, portanto, uma função da utilidade esperada da ação individual, onde os custos e benefícios são ponderados. Dado que o valor de $P(B)$ tende a ser sempre menor que o de R , os indivíduos racionais não teriam incentivos para votar.

Tendo em vista que, em determinadas situações, não é possível excluir-se do ganho de um empreendimento coletivo aqueles que não contribuíram para tal, um indivíduo racional tem incentivos consideráveis para não cooperar quando uma ação coletiva assumir caráter inclusivo, isto é, quando seu produto for um bem coletivo usufruído por todos.

Nas palavras de Mancur Olson (1965): “(...) a collective good is, by definition, such that other individuals in the group cannot be kept from consuming it once any individual in the group provided it for himself.” (OLSON, 1965, p.35)

Como lembrou Figueiredo (2008), sobre a participação eleitoral: “Por que participar, então, se um governo será eleito e, seja ele qual for, ninguém ficaria excluído dos benefícios indivisíveis que ele certamente produzirá?” (FIGUEIREDO, 2008, p.119). Dessa forma, os indivíduos racionais todos teriam razões para se abster do processo eleitoral, pegando “carona” nos resultados de esforços alheios. Essa é a natureza dos dilemas do voto e de outras formas de participação, onde a característica inclusiva dos bens públicos confere aos indivíduos incentivos para não participar de empreendimentos coletivos.

Sem embargo, a participação em eleições, assim como outras formas de participação política, é uma realidade cotidiana dos regimes democráticos. Esse fato constitui o cerne do paradoxo da participação, já tão extensamente estudado pela ciência política (DOWNS, 1957; OLSON, 1965; RIKER & ORDESHOOK, 1968; FEREJOHN & FIORINA, 1974; ALDRICH, 1993).

Para explicar a participação eleitoral Riker & Ordeshook (1968) propuseram um modelo onde o voto é tomado como um fim em si. Isto é, os eleitores participam do processo eleitoral não apenas com o intuito de eleger seus candidatos favoritos, mas também em virtude das satisfações oriundas do cumprimento do dever cívico (o fator “D”), da expressão de uma preferência partidária, e do próprio ato de votar e se informar sobre a política (RIKER & ORDESHOOK, 1968, p. 28)

Esse conjunto de satisfações inerentes ao voto proposto por Riker & Ordeshook (1968) pode ser traduzido para o engajamento cívico de forma mais ampla. Aqueles que se engajam no provimento de bens públicos podem fazê-lo com vistas a expressar opiniões sobre uma determinada questão, interagir com pessoas do seu meio social ou pela simples satisfação do envolvimento em assuntos públicos. Whiteley (1995), por exemplo, encontrou evidências da importância da dimensão expressiva do ativismo partidário como um dos benefícios que incentivam a participação.

Entretanto, de acordo com Ferejohn & Fiorina (1974) a solução proposta por Riker & Ordeshook (1968) torna a participação de ações coletivas isenta de uma dimensão instrumental, o que, conseqüentemente, tornaria inócuas as contribuições da teoria da escolha racional para a compreensão da ação coletiva. Seria necessário, portanto, a existência de razões instrumentais associadas à participação, ou seja, o indivíduo racional deveria encontrar motivações nos resultados esperados de ações coletivas que pudessem justificar sua decisão de participar.

Segundo Aldrich (1993), a decisão individual de votar está vinculada a outras razões instrumentais para além da eleição do candidato favorito. A sustentação do regime democrático constitui, portanto, um dos principais objetivos do eleitor que opta, em eleições voluntárias, por colocar seu voto na urna. Mais uma vez, analogamente, é possível imaginar que tais razões estejam ligadas ao engajamento cívico mais amplo. Ingressar em associações e demais organizações da sociedade civil poderia ser uma forma de proteger o regime democrático contra insurgências de grupos ou contra o abuso de poder por parte de lideranças.

Apesar de todos os esforços para compreender a participação da sociedade civil no provimento de bens públicos, a ciência política ainda encontra dificuldades para compreender as razões envolvidas nesse fenômeno.

No entanto, é fundamental destacar as diferenças entre a participação eleitoral e outras formas de participação da sociedade civil. Embora o peso do voto de um único eleitor seja ínfimo em relação ao total de votos depositados nas urnas de uma disputa eleitoral, fazendo com que sua capacidade de aumentar o valor de P seja desprezível, os custos da participação eleitoral são, também, relativamente muito baixos (WHITELEY, 1995). Somando-se isso à incerteza inerente aos resultados do processo eleitoral, capaz de atuar como uma “fonte da motivação para a ação” (FIGUEIREDO, 2008, p.217), a racionalidade ganha força como fator explicativo do voto.

Outras formas de participação, tais como aquelas encontradas em associações voluntárias, partidos políticos, sindicatos, atividades comunitárias, conselhos políticos locais e demais instituições também são caracterizadas, basicamente, pelos mesmos problemas que caracterizam o voto.

Assim como na participação em eleições, a probabilidade de um indivíduo representar o diferencial necessário para o provimento de um bem público originado de ações coletivas com motivações políticas pode ser consideravelmente baixa, o que reduz sensivelmente os incentivos à participação. Entretanto, ao contrário da participação eleitoral, outros tipos de participação mais direta envolvem custos consideravelmente mais altos (WHITELEY, 1995).

Como apontaram Pattie, Seyd e Whiteley (2003), as atividades de engajamento cujos custos são relativamente mais baixos são aquelas que, em geral, contam com o maior número de participantes. Sobre os resultados de um *survey* sobre engajamento cívico na Inglaterra escreveram:

Relatively low cost actions were the most widely reported. By far the most common action, for instance, was donating money to an organization (...) Voting in local elections was the next most commonly reported action, followed by signing a petition. (...) in general, forms of action that involved working collectively were less widely indulged in than those that could be carried out by individuals. Only 5 percent said they had attended a political meeting in the previous 12 months, only 4 percent said they had participated in a public demonstration or formed a group of like-minded citizens, and only 1 percent said they had participated in an illegal protest. (PATTIE & SAYD & WHITELEY, 2003, p. 447)

Os tipos de participação de maior custo, não raro, exigem a presença constante dos indivíduos em reuniões deliberativas, eleições interinas, votações, e outras atividades as quais acarretam custos notáveis para os envolvidos. Nesse sentido, é necessário investigar quais incentivos, positivos e negativos, estão envolvidos na decisão individual sobre o ato de se engajar em tais tipos de ação coletiva. Essa investigação é crucial para que se possa compreender qual o efeito da confiança interpessoal para o engajamento cívico.

Apesar da importância de outras formas de participação política além do voto (ALONSO & VERBA, 1965; PUTNAM, 2000; PATEMAN, 1970), pouca atenção foi dada a esse tema dentro da ciência política. O foco da participação, especialmente dentre os teóricos da escolha racional, tem sido sobre a participação eleitoral. Assim destacou Leighley (1995): “It is somewhat ironic that the very type of participation that Olson focused on, group membership, has received the least attention by scholars using rational choice models.” (LEIGHLEY, 1995, p.194)

Para Olson (1965), a propensão individual para participar de associações é inversamente proporcional ao tamanho do grupo em questão: “(...) the larger the group, the less it will further its common interests” (OLSON, 1965, p.36). Assim como no paradoxo da participação eleitoral, à medida que aumenta o número de indivíduos engajados em associações da sociedade civil, aumentam os incentivos individuais para se “pegar carona”.

Com isso, a solução para o problema da participação estaria na instituição de incentivos seletivos, ou seja, incentivos os quais somente aqueles que contribuem para o provimento do bem coletivo podem usufruir. Esses incentivos seriam indispensáveis para garantir a cooperação dos membros de entidades coletivas. De acordo com o autor:

These “selective incentives” can be either negative or positive, in that they can either coerce by punishing those who fail to bear an allocated share of the costs of the group action, or they can be positive inducements offered to those who act in the group interest. (OLSON, 1965, p.51)

É importante destacar que, como lembrou Olson (1965), os incentivos à participação em ações coletivas não se resumem a ganhos ou perdas financeiros, os benefícios sociais poderiam exceder os custos econômicos (OLSON, 1965, p. 60).

A rigidez normativa de algumas igrejas protestantes seria, por exemplo, segundo Iannaccone (1994), um forte incentivo seletivo à participação para seus membros. Essa rigidez excluiria membros pouco engajados e fomentaria a participação dentre aqueles que se dispusessem a seguir determinadas diretrizes, evitando o problema do “carona”.

Contudo, mesmo em contextos onde há incentivos aparentemente suficientes para a participação, os indivíduos podem não se engajar. Muitas das pessoas que dispõem dos recursos para participar não o fazem, outras são motivadas, mas não agem, e muitas outras são convidadas a se engajar, mas recusam-se a fazê-lo (FIORINA, 2001, p.18). Essa inação de coletividades com interesses comuns deu origem ao conceito de “grupos latentes”, empregado por Olson (1965).

Portanto, os custos e os benefícios associados à participação em associações voluntárias podem atuar como fortes incentivos ou desincentivos para o engajamento cívico. A ausência dessas variáveis em pesquisas sobre o capital social pode implicar problemas analíticos, atribuindo à confiança interpessoal uma influência sobre a ação coletiva a qual ela pode não ser capaz de exercer. Além desses incentivos, existem outros fatores os quais podem estimular ou desestimular o engajamento cívico, como o status socioeconômico dos indivíduos. A sessão seguinte irá se voltar a essas variáveis.

1.5 – O Papel do Status Socioeconômico e de Outros Recursos para a Participação

Os problemas do status socioeconômico individual e da disponibilidade de recursos como fatores de influência sobre o engajamento cívico contam com uma extensa literatura (VERBA & SCHLOZMAN & BRADY, 1995; PATTIE & SEYD & WHITELEY, 2003). Há diversas evidências empíricas do papel de fatores tais como a renda, o nível de escolaridade, e o tempo à disposição dos indivíduos como propulsores da participação.

De fato, a ideia de que indivíduos mais escolarizados, com maiores níveis de renda, e com mais tempo livre à disposição são mais inclinados a se engajar tem sólido fundamento teórico. Mais escolaridade, frequentemente, está associada a maior consumo de informação sobre a política. Pessoas mais informadas podem se sentir mais

propensas a se engajarem em associações voluntárias por estarem cientes de possíveis mazelas de políticas públicas empreendidas pelo Estado.

A renda, por sua vez, indica a capacidade individual para arcar com os eventuais custos financeiros da participação. Pessoas com maiores níveis de renda podem se envolver em atividades mais dispendiosas, tais como o financiamento de campanhas partidárias, por exemplo. O tempo também seria crucial para a participação, de maneira que indivíduos com diferentes rotinas diárias poderiam ser mais ou menos inclinados a se engajar. Como resumiram Brady, Verba e Schlozman (2000):

Particular resources would appear to be germane to – indeed, under circumstances, essential to – particular forms of participation. We can distinguish three kinds of participatory acts: acts that take time (campaign work, informal community activity and the like); acts that require money (contributions to candidates, parties, or political causes); with no money and relatively little time requirement). We would expect that a mixture of resources would be needed for each. (BRADY & VERBA & SCHLOZMAN, 2000, p. 254)

Ao serem incluídas variáveis tais como as supracitadas, é possível ter uma visão mais precisa sobre alguns dos custos e benefícios esperados do engajamento para os indivíduos, enfatizados pela teoria da escolha racional.

Outro importante recurso para o engajamento cívico, contemplado pela teoria do capital social, diz respeito às redes de contatos à disposição dos indivíduos. O isolamento de redes de recrutamento pelas quais os cidadãos são motivados a participar pode representar um obstáculo para a participação (BRADY & VERBA & SCHLOZMAN, 1995, p. 271).

A importância do status socioeconômico individual e de outros recursos para o estudo do engajamento cívico precisa ser considerada, uma vez que diferenças a nível individual nessas variáveis frequentemente implicam diferenças na propensão para uma participação mais ativa dos indivíduos nos assuntos da vida pública. Segundo Nagel (1987), a correlação direta entre status e participação aparece com uma regularidade “monótona” (NAGEL, 1987, p. 59).

Tendo em vista a dimensão racional e utilitária do comportamento humano, e a relevância do status socioeconômico e de outros recursos para o engajamento cívico, é necessário investigar qual o papel da confiança interpessoal na resolução dos dilemas da

ação coletiva. O efeito confiança não parece ser causal, mas condicional para a participação em ações coletivas. A sessão seguinte é voltada a esse efeito.

1.6 – O Efeito Condicional da Confiança Interpessoal para o Engajamento Cívico

A confiança pode ser considerada um incentivo positivo para o engajamento cívico, reduzindo as incertezas quanto ao comportamento de outros atores envolvidos em ações coletivas. Dado que a maior parte dos problemas de interesse das ciências sociais envolve a coordenação de expectativas dos atores diante de incertezas (RUNGE, 1984, pp. 175-176), a confiança interpessoal se torna objeto de interesse dessas ciências.

De acordo com Runge (1984), os dilemas da ação coletiva estão associados a um problema de garantia (*assurance problem*). No problema da garantia, as escolhas interdependentes dos atores criam incentivos para estabelecer e manter instituições que coordenam expectativas baseadas em regras de justiça (RUNGE, 1984, p. 154). Diante de expectativas devidamente coordenadas por instituições, contribuições voluntárias para o provimento de bens públicos poderiam constituir estratégias de maximização de utilidade (RUNGE, *idem*).

Essa asserção é compatível com alguns dos pressupostos da teoria do capital social, uma vez que a confiança interpessoal é tida como uma *instituição informal* capaz de reduzir a incerteza característica do engajamento cívico. A confiança não é, de fato, um objeto de interesse exclusivo dos estudiosos do capital social. Os teóricos da escolha racional também voltam suas atenções para as relações de confiança inerentes às ações coletivas. Segundo Arrow (1972): “It can be argued that much of the economic backwardness in the world can be explained by the lack of mutual confidence.” (ARROW, 1972, p. 357)

O problema da incerteza é característico das interações entre atores na teoria dos jogos. No “dilema do prisioneiro”, a estratégia ótima para ambos os atores envolvidos é a deserção. Isto é, individualmente, a escolha preferida será sempre aquela em que um dos jogadores poderá “pegar carona” à custa do outro. A cooperação seria a estratégia de maior risco para ambos, levando a um resultado individualmente ótimo, porém,

coletivamente sub-ótimo. Essa estratégia seria, de acordo com a teoria dos jogos, independente das expectativas quanto às ações de outros atores.

Entretanto, Runge (1984) e outros autores (ELSTER, 1979; NURMI, 1977; BAUMOL, 1976) contestam essa ideia, afirmando a importância das expectativas sobre as estratégias de outros jogadores:

Wherever benefits and costs are a function of the total actions of the group, it seems implausible that decisions to contribute are unaffected by expectations of the decisions of others (see Elster, 1979; Nurmi, 1977). Formally, in all nonseparable cases, optimal choices are defined in terms not only of one's own choice variable but also the choices of others (Baumoul, 1976). (RUNGE, 1984, p.160)

Se as expectativas quanto à conduta de outrem podem ser consideradas importantes para a decisão individual sobre cooperar ou desertar em dadas situações, as instituições desempenham papel crucial no fomento à cooperação, conclui Runge (1984). Isso porque, na presença de instituições capazes de reduzir incertezas, a cooperação passaria a ser, assim como a deserção, uma estratégia ótima, do ponto de vista da teoria dos jogos. Dessa forma, é possível que a confiança interpessoal, uma instituição informal, seja relevante para a resolução dos dilemas da ação coletiva.

Embora essa seja uma das premissas da teoria do capital social, a desconsideração das motivações individuais para o engajamento cívico por parte de muitos de seus defensores conferiu à confiança interpessoal uma centralidade duvidosa para a análise do engajamento cívico. Isto é, em geral, esses autores parecem entender a predisposição para o engajamento como uma regra do comportamento dos atores, sendo a falta de confiança entre as pessoas o principal empecilho para a participação política, mas há evidências que indicam o contrário (FIORINA, 1999; 2001).

As inconsistências dos achados empíricos sobre o estudo da relação entre confiança interpessoal e engajamento cívico parecem indicar a necessidade de uma nova operacionalização dessa variável. De acordo com Rennó (2001), o conceito de confiança interpessoal “não pode ser tomado como causa de participação política reduzida e pouca participação em associações” (RENNÓ, 2001, p.55). A confiança teria um papel diferente sobre o engajamento cívico de acordo com o contexto analisado (RENNÓ, idem).

Por outro lado, Ponte (2010) encontrou, no México, indícios de que a confiança entre as pessoas representa um importante diferencial entre aqueles que participam ativamente da vida pública e os que não o fazem. Brehm & Rahn (1997) encontraram uma relação consistente entre confiança interpessoal e engajamento cívico, embora a conexão causal dessa relação pareça ser, segundo os autores, mais forte quando a confiança interpessoal é tomada como variável dependente, isto é, quando entendida como uma consequência, não como causa, do engajamento cívico.

Aqueles que participam das atividades de entidades coletivas, afirmam os autores, tendem a desenvolver maior confiança em outras pessoas através de sua experiência, interagindo com outros indivíduos em sucessivas situações nas quais a confiança é necessária. Assim, a confiança interpessoal seria endógena ao engajamento cívico.

Jackman & Miller (1998) entendem o capital social como endógeno à participação. Dessa forma, somente a experiência do engajamento cívico seria capaz de gerar a confiança interpessoal que Putnam ([1993] 2006) entende como variável causal da participação em associações voluntárias. A cooperação e a confiança seriam geradas por arranjos institucionais capazes de aumentar os custos da deserção, aumentando os incentivos à participação.

Se o efeito da confiança for tomado como condicional para a participação em ações coletivas, aproximando-o à concepção de capital social originalmente proposta por Coleman (1988, 1990), é possível que seus efeitos se tornem mais nítidos. Nesse sentido, a confiança interpessoal, quando aliada a motivações individuais, poderia potencializar a propensão de um indivíduo engajar-se no provimento de bens públicos. Analogamente, é possível imaginar que a falta de confiança possa minar a disposição para a cooperação.

Embora os dilemas da ação coletiva característicos do engajamento cívico envolvam relações de confiança entre as pessoas, onde a decisão entre cooperar ou desertar é atrelada às expectativas dos atores quanto ao curso de ação a ser tomado por seus pares, é necessário saber o que *impulsiona* as pessoas a se engajarem. Isto é, há um caminho a ser percorrido antes que a confiança interpessoal possa ser considerada relevante para o engajamento cívico.

A confiança interpessoal não parece ter o efeito de impulsionar o engajamento, mas de assegurar que aqueles que dispõem de tal impulso optem por contribuir ativamente para o provimento de bens coletivos. Isso quer dizer que, *ceteris paribus*, a confiança interpessoal aumenta as chances de uma pessoa se engajar no provimento de bens coletivos quando aliada aos demais fatores vinculados à participação, tais como a relação custo-benefício, os níveis de escolaridade e de renda, as redes de contatos à disposição do indivíduo, o interesse por questões políticas, entre outros.

Dessa forma, a confiança interpessoal condiciona os efeitos desses fatores na decisão de participar de atividades políticas. Entre dois indivíduos envolvidos na decisão sobre participar ou não de uma associação voluntária, por exemplo, se os demais fatores determinantes forem mantidos iguais e constantes, aquele que tiver maior confiança em outras pessoas terá mais chances de optar pelo engajamento. A disposição para participar pode ser reforçada em pessoas mais confiantes, ou seja, o impulso individual para o engajamento tende a se beneficiar da confiança interpessoal.

As conclusões dos teóricos do capital social, em especial, daqueles alinhados à corrente “culturalista”, sobre a relação simbiótica entre confiança interpessoal e engajamento cívico parecem precipitadas e insuficientes para a compreensão do fenômeno da participação, necessitando, portanto, ser revisitadas e reformuladas. Esses estudiosos atribuem à confiança interpessoal um poder explicativo sobre o engajamento cívico que carece de clareza teórica e lastro empírico consistente.

Entretanto, as críticas aqui feitas ao papel atribuído à confiança interpessoal por diversos autores não tem por objetivo descartar completamente os conceitos estabelecidos pela teoria do capital social, mas chamar atenção para eventuais problemas analíticos que possam comprometer as capacidades de descrição e predição da participação cívica à luz da teoria. É possível que a confiança interpessoal tenha papel de importância na resolução do paradoxo da participação, quando ligada a outros fatores essenciais que constituem o fenômeno do engajamento cívico.

Nesse sentido, as hipóteses a serem testadas neste trabalho são as seguintes:

H1 – Maior confiança interpessoal não causa diretamente maior engajamento cívico.

Essa hipótese contesta as conclusões de alguns dos teóricos do capital social. Como já foi destacado, a relação de causalidade estabelecida entre confiança interpessoal e engajamento cívico pode tornar-se espúria ao serem considerados outros fatores como os custos e benefícios associados à participação, o status socioeconômico dos indivíduos e outros.

No entanto, acredito que a confiança entre as pessoas tem um efeito condicional sobre o engajamento cívico, isto é, quando aliada a outros fatores determinantes, a confiança interpessoal aumenta as chances de um indivíduo se engajar.

H2 – A confiança interpessoal tem um efeito condicional sobre os demais determinantes do engajamento cívico.

Nessa hipótese, espera-se que o efeito condicional da confiança interpessoal apareça quando essa variável for associada a outros fatores. Ou seja, embora não exista uma relação causal direta entre a confiança e a participação, há uma relação condicional entre essas duas variáveis. Quando a confiança interpessoal for associada a outros fatores importantes seu efeito condicional deve aparecer.

Tendo as hipóteses sido levantadas, é necessário esclarecer como elas serão testadas. O capítulo seguinte será destinado à metodologia empregada neste trabalho para o estudo da relação entre confiança interpessoal e engajamento cívico.

II – Metodologia de Pesquisa

Com o intuito de investigar os fatores causais ligados ao engajamento cívico, o trabalho a ser desenvolvido utilizar-se-á de pesquisas de opinião pública que contenham perguntas referentes às variáveis a serem estudadas. A fonte dos dados que serão coletados é o American National Election Studies (ANES) de 2008.

A escolha foi baseada, principalmente, na alta representatividade da amostra. Além disso, coletar dados sobre o engajamento cívico norte-americano pode ser uma

boa forma de analisar as premissas teóricas do capital social e da escolha racional, uma vez que os EUA são tidos como um país cujos cidadãos são consideravelmente mais propensos ao associativismo voluntário (TOCQUEVILLE, 2004).

Um modelo de regressão linear múltipla será desenvolvido visando abranger os principais fatores vinculados ao engajamento cívico previstos pelas teorias do capital social e da escolha racional. O efeito condicional da confiança interpessoal sobre os determinantes do engajamento cívico será avaliado através da interação dessa variável com os demais determinantes. Ou seja, cada um dos fatores presentes no modelo será associado à confiança interpessoal, de modo a permitir a observação do efeito esperado pelas hipóteses previamente citadas.

A estrutura dos dados a serem analisados será de corte transversal, com o objetivo de viabilizar comparações acerca da relevância da confiança interpessoal (variável independente) para o engajamento cívico (variável dependente) entre diferentes indivíduos. Há outras variáveis independentes a serem incluídas no modelo, tais como os custos e os benefícios associados ao engajamento, o status socioeconômico, e as habilidades cívicas à disposição do indivíduo.

Os custos e benefícios do engajamento cívico estão ligados aos pressupostos da teoria da escolha racional, onde a decisão de participar envolve um cálculo desses fatores em que o indivíduo buscará minimizar os primeiros e maximizar os últimos.

O status socioeconômico diz respeito, principalmente, aos níveis de escolaridade e de renda dos indivíduos entrevistados. As habilidades cívicas referem-se àquilo que Brady, Schlozman e Verba (1995) definiram como “those communications and organizational capacities that are so essential to political activity” (BRADY, SCHLOZMAN & VERBA, 1995, p. 273), ou seja, as redes de contatos e as capacidades de organização coletiva à disposição dos indivíduos para o engajamento.

A motivação pode ser mensurada através da intensidade das preferências políticas individuais. De acordo com Fiorina (2001), os indivíduos participantes tendem a ser mais radicais, isto é, os engajados, afirma o autor, apresentam preferências políticas que fogem ao perfil ideológico do cidadão mediano.

O interesse por assuntos políticos também é uma das variáveis associadas à motivação, podendo ser inferido a partir do nível de informação individual sobre a

política. As tradicionais perguntas sobre interesse podem levar a diagnósticos errôneos, uma vez que mostrar-se interessado pela política, em geral, é algo socialmente desejável. Nesse sentido, as perguntas referentes ao conhecimento sobre questões políticas podem fornecer informações mais acuradas sobre o interesse individual pelo engajamento.

A inclusão dessas variáveis no modelo servirá como um controle para outros possíveis fatores causais associáveis ao engajamento cívico. Como destacaram Kellstedt & Whitten (2009), as análises estatísticas devem buscar o controle do maior número de variáveis possível, de modo a evitar que relações espúrias sejam estabelecidas. Com isso, espera-se que o efeito da confiança interpessoal potencialize a propensão individual para o engajamento, embora não represente um fator causal direto.

As instituições a serem objetos do teste serão aquelas dotadas de maior relevância política. Os partidos políticos, os sindicatos, as associações voluntárias de conteúdo político, e as organizações não-governamentais serão algumas das instituições-alvo.

Bibliografia

ABRAMOWITZ, A & SAUNDERS, K. L. (2005) “Why Can’t We All Just Get Along? The Reality of a Polarized America”. The Forum, Manuscript 1076.

ALDRICH, J. H. (1993) “Rational Choice and Turnout”. American Journal of Political Science, Vol. 37, Nº1, pp. 246-278, February.

ALMOND, G. & VERBA, S. (1989) “The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations”. Sage Publications, Newbury Park.

ARROW, K. J. (1972) “Gifts and Exchanges”. Philosophy & Public Affairs, Vol. 1, Nº4, pp. 343-362. Princeton University Press.

BANFIELD, E. (1958) “The Moral Basis of a Backward Society”. The Free Press, New York.

BAUM, N. (2000) “Rereading Power and in J. S. Mill”. Toronto, Toronto University Press.

- BAUMOL, W.J. (1976) “It Takes Two to Tango, or Sind ‘Separable Externalities’
Überhaupt Möglich?” *Journal of Political Economy* 84: pp. 381- 387.
- BRADY, H. E. & SCHLOZMAN, K. L. & VERBA, S. (1995) “Beyond Ses: A
Resource Model of Political Participation”. *The American Political Science Review*,
Vol. 89, N°2, pp. 271-294, June.
- BRADY, H. E. & SCHLOZMAN, K. L. & VERBA, S. (2000) “Rational Action and
Political Activity” *Journal of Theoretical Politics* 12, Sage Publications, pp.243-268.
London.
- BREHM, J. & RAHN, W. (1997) “Individual Level Evidence for the Causes and
Consequences of Social Capital” *American Journal of Political Science*, Vol. 41 N° 3,
pp. 999-1023. July.
- COHEN, J. (1999) “Trust, voluntary association and workable democracy: the
contemporary American discourse of civil society”. In: “Democracy and Trust”.
Cambridge University Press, Cambridge.
- COLEMAN, J. S. (1988) “Social Capital in the Creation of Human Capital”. *American
Journal of Sociology*, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and
Economic Approaches of Social Structure, Vol. 94, pp. S95-S120.
- COLEMAN, J.S. (1990) “Foundations of Social Theory”. Cambridge, Harvard
University Press.
- DASGUPTA, P. (2000) “Economic progress and the idea of social capital”. In: “Social
Capital: A Multifaceted Perspective”. The International Bank for Reconstruction and
Development, Washington.
- DOWNS, A. (1957) “An Economic Theory of Democracy”. Harper & Row Publishers,
New York.
- ELSTER, J. (1989) “Solomonic Judgements: studies in the limitations of rationality”.
Cambridge Univesrity Press, New York.
- ELSTER, J. (1979) “Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality”.
Cambridge, Cambridge University Press.
- FIGUEIREDO, M. (2008) “A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade.” Editora
UFMG, Belo Horizonte; IUPERJ, Rio de Janeiro.

- FEREJOHN, J & FIORINA, M. (1974) "The Paradoxo of Not Voting: A Decision Theoretic Analysis". *The American Political Science Review*, Vol. 68, N°2, pp. 525-536, June.
- FIORINA, M.P. & ABRAMS, S.J. (2008) "Political Polarization in the American Public". *The Annual Review of Political Science*, N°11, pp.563-588.
- FIORINA, M. P. (1999) "Extreme Voices: A Dark Side of Civic Engagement". In: "Civic Engagement in American Democracy." Brookings Institution Press, Washington.
- FIORINA, M. P. (2001) "Parties, Participation, and Representation in America: Old Theories Face New Realities." American Political Science Association.
- FUKUYAMA, F. (2001) "Social Capital, Civil Society and Development". *Third World Quarterly*, Vol. 22, pp. 7-20.
- GAMBETTA, D. (2000) "Can We Trust Trust?" In: "Trust: Making and Breaking Cooperative Relations". Department of Sociology , University of Oxford.
- HARDIN, R. (1992) "The Street-Level Epistemology of Trust". *Analyse and Kritik* 14, S.152-176.
- IANNACONNE, L. R. (1994) "Why strict churches are strong". *American Journal of Sociology* N° 99, pp. 1180-1211.
- INGLEHART, R. (1988) "The Renaissance of Political Culture". *The American Political Science Review*, Vol. 82, Issue 4, pp.1203-1230, December.
- JOHNSON, J. (2003) "Conceptual Problems as Obstacles to Progress in Political Science: Four Decades of Political Culture Research". *Journal of Theoretical Politics*, Sage Publications, London, pp. 87-115.
- JACKMAN, R. W. & MILLER, R. A. (1998) "Social Capital and Politics". *Annual Review of Political Science*, pp. 47-73.
- KELLSTEDT, P. M. & WHITTEN, G.D. (2009) "The Fundamentals of Political Science Research". Cambridge University Press, New York.
- LEIGHLEY, J. E. (1995) "Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation". *Political Research Quaterly*, Vol. 48, N°1, pp. 181-209.

- LEVI, M. (1996) “Social and unsocial capital: Review of Robert Putnam’s *Making Democracy Work*.” *Politics and Society* N°24, pp.45-55.
- LEVI, M. (1998) “A State of Trust”. In: “Trust and governance”. Russel Sage Foundation, New York.
- NAGEL, J. H. (1987) “Participation”. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- NURMI, H. (1977) “Rationality and Public Goods: Essays in Analytical Political Theory.” *Commentations Scientiarum Sociolium* 9.
- NWORA, E. I. (2010) “Liberdade do Indivíduo Versus Autoridade do Estado na Filosofia Política de John Stuart Mill”. Universidade de Brasília, Brasília.
- OLSON, M. (1965) “The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups”. Harvard University Press, Cambridge.
- PONTE, Victor M. D. (2010) “Determinantes e Consequências da Desconfiança no México”. In: “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” EDUSP, São Paulo.
- PATEMAN, C. (1970) “Participation and Democratic Theory” . Cambridge University Press, Cambridge.
- PATTIE, C. & SEYD, P. & WHITELEY, P. (2003) “Citizenship and Civic Engagement: Attitudes and Behaviour in Britain”. *Political Studies*, Vol. 53, pp. 443-468.
- PUTNAM, R. D. (2000) “Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community”. Touchstone Books.
- PUTNAM, R. D. (2006) “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”. Editora FGV, Rio de Janeiro.
- RENNÓ, L. R. (2001) “Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina”. In: *Opinião Pública*, Vol. VII, nº1, pp.33-59.
- RIKER W. H. & ORDESHOOK, P C. (1968) “A Theory of the Calculus of Voting”. *The American Political Science Review*, Vol. 62, N°1, pp. 25-42. March.

RUNGE, C.F. (1984) "Institutions and the Free Rider: The Assurance Problem in Collective Action". *The Journal of Politics*, Vol. 46, pp.154-181.

SCHOORMAN, D.F. & MAYER, R.C. & DAVIS, J.H. (2007) "An Integrative Model of Organizational Trust: Past, Present, and Future". *Academy of Management Review*, Vol. 32, N°2, pp.344-354.

SELIGSON, A. L. (1999) "Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis." *Comparative Political Studies*, Vol. 32 N°3.

SELIGSON, M. (2002) "The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of Ecological Fallacy?" *Comparative Politics*, Vol. 34, N°3, pp.342-362, April. Sage Publications.

SELIGSON, M. & Rennó, L.R. (2000) "Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional". *Dados*, Vol. 43, N°4, Rio de Janeiro.

SKOCPOL, T. & FIORINA, M. (1999) "Making Sense of The Civic Engagement Debate." In: "Civic Engagement in American Democracy." Brookings Institution Press, Washington.

TOCQUEVILLE, A. (2004) "A Democracia na América". Martins Fontes, São Paulo.

WHITELEY, P. F. (1995) "Rational Choice and Political Participation. Evaluating the Debate." *Political Research Quarterly*, Vol 48, N°1, pp.211-233, March.

WHITELEY, P. F. & SEYD, P. (1996) "Rationality and party activism: Encompassing tests of alternative models of political participation." *European Journal of Political Research* 29, pp. 215-234, March.

